

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Maria Izabel Machado
(Organizadora)



SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Maria Izabel Machado
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: das ausências às emergências 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-471-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.716212009>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).
II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: das ausências às emergências 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por proximidade temática respeitando as especificidades próprias desse campo do saber: o olhar empírico, a busca de explicações e, por que não, a busca de alternativas.

Tensões sociais em torno da demanda por transformações, bem como as forças conservadoras são trazidas no conjunto inicial de trabalhos que abrem a obra: movimentos sociais, novos atores e agentes e as disputas acerca do território, das fronteiras e das possibilidades de existências outras.

Na segunda parte chamam a atenção capítulos sobre o ameaçado direito ao trabalho e de livre circulação. Frente a isso se coloca a questão: como oferecer uma educação integradora, capaz de superar dualismos?

O terceiro e último bloco traz contribuições significativas acerca do campo educacional em interface com outras áreas como a saúde e a religião. AS questões sobre território, diferenças étnicas e sistema escolar nos convidam a pensar formas outras de produção e validação de saberes.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

COMUNICACIÓN, ORGANIZACIÓN, IDENTIDAD E IDEOLOGÍA: CATEGORÍAS DE ANÁLISIS DE UN MOVIMIENTO URBANO POPULAR

Félix Leonardo Pérez Verdugo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120091>

CAPÍTULO 2..... 21

INTERAÇÕES ENTRE PRÁTICAS POLÍTICAS E ORDENS ESTATAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE CANNABIS NO EQUADOR

Andrés Fernando Rodríguez Mera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120092>

CAPÍTULO 3..... 33

MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO

Armando Sánchez Albarrán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120093>

CAPÍTULO 4..... 58

O TRABALHADOR E OS ILEGALISMOS NA FRONTEIRA ENTRE PEDRO JUAN CABALLERO E PONTA PORÃ

Maurílio de Sousa Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120094>

CAPÍTULO 5..... 70

O CARÁTER INTEGRAL NO CURSO INTEGRADO DO IFSP - SÃO CARLOS

Karoline Emanuelle Galli Fonseca

Carlos Eduardo Guimarães

Marcelo de Godoy Domingues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120095>

CAPÍTULO 6..... 78

PROJETO SOLIDARIEDADE: CENTRO OPERACIONAL DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – COMSE

Victoria Isabella Nakaba Soster

Nicole Hortmann Bet

Juliana Grebos

Andressa Francine Paes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120096>

CAPÍTULO 7..... 90

SEM TERRITÓRIO, SEM EDUCAÇÃO: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120097>

CAPÍTULO 8..... 99

O ROCK ENQUANTO PROPOSTA PEDAGÓGICA INOVADORA

Marcos Roberto Mesquita

Gabriel Schmitt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120098>

CAPÍTULO 9..... 113

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiberger

Dreone Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7162120099>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 121

ÍNDICE REMISSIVO..... 122

CAPÍTULO 3

MOVIMIENTOS SOCIALES EN EL CAMPO MEXICANO 1940 A LA FECHA. DE LA LUCHA CONTRA LA HACIENDAS A LA LUCHA CONTRA EL EXTRACTIVISMO

Data de aceite: 01/09/2021

Armando Sánchez Albarrán

Profesor investigador Departamento de Sociología

RESUMEN: El propósito de este trabajo es contrastar, en tres grandes periodos históricos, la manera en que los estudiosos de los procesos sociales en el campo, en diferentes contextos y paradigmas, analizan los movimientos sociales y la cuestión agraria en el campo mexicano de 1917 a la fecha. El primero, de 1917 a 1940, predominó una perspectiva teórica eurocentrista, se impuso el estructural funcionalismo por sobre otros paradigmas con énfasis en la integración de los indígenas a la nación. En el ámbito agrario hubo una fuerte tensión entre la solución colectivista, propia del zapatismo y la versión individualista, del obregonismo. El segundo, de 1940 a 1980, cuando se impone el modelo de acumulación identificado como sustitución de importaciones, aún predomina el eurocentrismo solo que aquí se da el cambio del estructural funcionalismo al marxismo en todas sus variantes. Los gobiernos poscardenistas privilegian la tendencia individualista de la pequeña propiedad y van dejando la opción colectivista del ejido y la comunidad. La tercera, 1980 a la fecha, cuando se impone en la economía el modelo extractivo exportador, inicia con una crisis de paradigmas a finales de los ochenta con una mirada más plural desde los paradigmas, y con la capacidad de analizar los problemas complejos

y desde la inter y transdisciplina. En esta etapa ingresa la perspectiva decolonial en oposición al eurocentrismo, es una nueva perspectiva aún en construcción. En la economía global, con el extractivismo, los gobiernos neoliberales realizan modificaciones jurídicas para favorecer la propiedad privada en el campo, sobre todo la inversión nacional y extranjera de capital. Lo anterior, se genera un nuevo movimiento que reclama viejas demandas colectivas de la propiedad, pero ahora la lucha es por el territorio simbólico y cultural, no solo de la tierra. En la última parte, se discuten algunas de las principales conclusiones.

PALABRAS CLAVE: Decolonialidad
comunitarismo territorio

ABSTRACT: The purpose of this work is to contrast, in three major historical periods, the way in which students of social processes in the countryside, in different contexts and paradigms, analyze social movements and the agrarian question in the Mexican countryside from 1917 to the date. The first, from 1917 to 1940, a Eurocentric theoretical perspective prevailed, structural functionalism prevailed over other paradigms with emphasis on the integration of indigenous people into the nation. In the agrarian sphere there was a strong tension between the collectivist solution, typical of Zapatismo, and the individualist version, of Obregonism. The second, from 1940 to 1980, when the accumulation model identified as import substitution prevails, Eurocentrism still predominates, only here there is a change from structural functionalism to Marxism in all its variants. Post-Cardenista

governments privilege the individualistic tendency of the small property and are leaving the collectivist option of the ejido and the community. The third, 1980 to date, when the extractive export model is imposed on the economy, begins with a crisis of paradigms at the end of the eighties with a more plural perspective from the paradigms, and with the ability to analyze complex problems and from inter and transdiscipline. At this stage the decolonial perspective enters in opposition to Eurocentrism, it is a new perspective still under construction.

KEYWORDS: Territory communitarianism decoloniality.

1 | INTRODUCCIÓN

En este trabajo se plantea analizar, en un largo horizonte histórico, la acción social en el campo desde diversas miradas teóricas y metodológicas en las que sobresalen diagnósticos diversos referentes a un tema en común: las diferentes formas de producción, propiedad e identidad. Al analizar los movimientos sociales encontramos que, a lo largo del tiempo, se han utilizado diferentes paradigmas teóricos para analizar el tema de la cuestión agraria, y, de manera específica, qué hacer con las diferentes modalidades de producción, de propiedad y de identidad. Existen dos vertientes opuestas al analizar las modalidades jurídicas de propiedad, la lógica económica, y las identidades culturales. La primera, surge con el embate liberal desde el siglo XIX, especialmente durante las reformas liberales y que consisten en privilegiar la producción capitalista, la propiedad privada y la identidad sustentada en el individuo. La segunda, recupera ancestrales formas de vida anterior al capitalismo y tiene sus raíces en la producción familiar, la propiedad colectiva y la identidad comunal.

En el estudio de la acción social en el campo se ha pasado del análisis de los movimientos sociales hacia los “nuevos” movimientos sociales rurales. Al modificarse el contexto socioeconómico, la sociología rural, dejó de analizar prioritariamente procesos de lucha por la tierra hacia la lucha por el control del proceso productivo, la lucha por el crédito y la demanda de autonomía del Estado y los partidos políticos. Lo característico de los nuevos movimientos sociales consiste en las reivindicaciones sustentadas en valores tales como la paz, la justicia, soberanía alimentaria, el respeto a la Madre Tierra. En los últimos cuarenta años los movimientos sociales se han hecho más complejos puesto que conforman ahora movimientos red, es decir, existen muchos grupos diferentes que participan en las nuevas reivindicaciones no únicamente al Estado, sino también a instancias supranacionales como el Banco Mundial (BM) o el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Entre los paradigmas o enfoques para el estudio de la acción social más socorridos se puede mencionar: la teoría de la acción colectiva de Olson (1971), Obreschall (1994), el marxismo, la teoría del comportamiento colectivo, la teoría accionalista de Alan Touraine (2006), Clauss Offe (1988), Antonio Melucci (1999); la teoría de la Movilización de Recursos Tilly, (2009), la teoría de los marcos culturales con Goffman (1977). Con la globalización destaca el elemento cultural en los nuevos movimientos sociales que distingue de los

movimientos sociales anteriores los cuales se caracterizaban por demandas materiales. En las ciencias sociales se ha abandonado las teorías únicas para explicar los movimientos sociales y en su lugar se utilizan diferentes paradigmas. Ante el desinterés mostrado a los movimientos sociales en América Latina, en particular en las luchas de los indígenas y su persistente negación a utilizar la noción de movimientos sociales para referirlo a sus luchas, el movimiento zapatista modificó su percepción al igual de Melucci. Touraine reconoce que estas luchas no siempre hacen alusión a una acción defensiva, pues a veces, se trata de *“un esfuerzo por repropriadarse de la modernización y por luchar contra un adversario lejano y poco definido”* (Touraine, 1995, pág. 242). Frente a la globalización algunos autores retoman el enfoque de lo global que supone pensar globalmente, pero actuar localmente. Recientemente, desde la teoría decolonial, algunos autores recuperan la noción de complejidad para comprender la compleja realidad de América Latina que discuten en torno a la decolonialidad del ser, del saber, del poder y la naturaleza. Boaventura de Sousa Santos (Sousa, 2012). La tendencia actual apunta, según Boaventura de Sousa Santos, a explicar los problemas como la subjetividad y los procesos de reproducción social que acontecen en la vida cotidiana a nivel de lo local (Sousa, 2012). Aníbal Quijano habla de una “socialización del poder” como una nueva forma de imaginario universal radical anticapitalista para descolonizar las perspectivas tanto marxistas como socialistas de sus trabas eurocéntricas. Quijano sugiere construir otro universal abstracto que lleve a un diseño global desde una perspectiva transmoderna. Recupera lo anterior de las luchas anticapitalistas y que se decantan por una socialización del poder que surge de los pueblos originarios de América o de África Occidental al tiempo en que ofrecen formas institucionales alternativas, así como diferentes concepciones al proyecto de socialización del poder de acuerdo con sus epistemologías a un tiempo, diversas y múltiples (Quijano, 2014). Pablo González Casanova propone pensar en las nuevas conciencias y formas alternativas de hacer política (González, 2015).

Este trabajo pretende responder a: ¿Cómo los diferentes paradigmas enfrentan en el terreno lógico e histórico la diversas formas de producción, propiedad y de identidad que se expresan en la luchas sociales en el campo? Para fines de exposición se analiza, primero, la etapa de 1910 a 1940. Del México bronco a la lucha institucional del movimiento campesino (levantamientos, rebeliones, revoluciones, al movimiento campesino); la segunda, la etapa de 1940 a 1980, contempla la contrarreforma agraria, guerrillas y movimiento campesino; y la tercera, de 1980 a la actualidad, de los movimientos campesinos a los movimientos altermundistas y decoloniales, y en contra del extractivismo. Por último, se discuten las conclusiones.

21 DE 1910 A 1940. DEL MÉXICO BRONCO A LA LUCHA INSTITUCIONAL DEL MOVIMIENTO CAMPESINO

En esta etapa inciden diferentes paradigmas que provienen de la historia, el derecho, la antropología y la sociología desde donde surgen explicaciones para entender la realidad compleja que se vivía en el campo y que tomaba cuerpo en la lucha agraria. Partimos del supuesto de que la intensidad de la lucha agraria luego de la Revolución Mexicana permitió a las fuerzas contendientes llegar a un acuerdo en los hechos o pacto para la coexistencia de dos formas encontradas de producción, de propiedad y de identidad rural.

En el ámbito económico en México predominaba el modelo económico agro minero exportador el cual perdurará hasta 1940. Los gobiernos liberales y sobre todo Porfirio Díaz y los primeros gobiernos posrevolucionarios crearon condiciones para la inversión de capital nacional y extranjero a través de las compañías deslindadoras, como en el caso de Díaz.

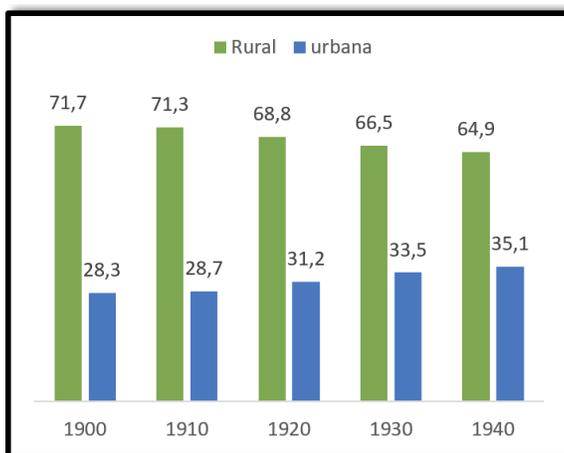
Desde, de 1917 han surgieron diversos tipos de explicaciones desde los cuáles los intelectuales reflexionaron para entender la relación entre acción social y política pública a partir de las características de la reforma agraria y de los movimientos sociales. La constitución de 1917 amalgamó las dos formas de producción, de propiedad y de identidad, más por la vía de una componenda, incrementalista, que por convencimiento o pacto social. La conformación de un Estado moderno que surgía de las cenizas de una cruenta Revolución Mexicana adoptó una modernización económica sustentada en la idea positivista de desarrollo. En el campo, dicha opción enfrentó una propuesta liderada por los liberales volcada hacia la propiedad privada (grandes propiedades agrícolas capitalistas con pocos dueños), mientras tanto, las comunidades indígenas y campesinas siguieron defendiendo, a veces por una cruenta vía legal o, en otras, por la lucha y defensa, en los hechos, de una propiedad colectiva sustentada en la lógica de la economía campesina, es decir, en una identidad comunitaria.

Andrés Molina Enríquez, autor de “Los grandes problemas nacionales” e ideólogo de la reforma agraria, se pronunció a favor de una reforma agraria para evitar los riesgos que suponía el acaparamiento de tierras. Por su parte el legislador Luis Cabrera sugirió una reforma agraria limitada, la suficiente para que unos días trabajara el campesino en su parcela y el resto del tiempo en la parcela de algún propietario. En México, afirmaba, viven unos cuatro millones de indios, que hasta hace veinte o veinticinco años vivían en comunidades, poseyendo en común las tierras, las aguas y los bosques.” (Flores, 1911), es decir, se refieren a la producción y posesión en común así como a una identidad colectiva. Antonio Díaz Soto y Gama, uno de los ideólogos zapatistas, también apoyó la entrega de la tierra a comunidades igual que lo había defendido el líder agrario Emiliano Zapata.

En una vertiente agraria opuesta, el general Obregón, militar y político, ya como presidente, inició la reforma agraria con la idea de fortalecer pequeñas propiedades agrícolas con las tierras marginales de los latifundios. Entre 1926 y 1929 durante el

gobierno de Plutarco Elías Calles, estalló la llamada “Guerra Cristera” protagonizado entre el gobierno y las milicias de sacerdotes y religiosos católicos en contra de la Ley Calles que tenía la intención de poner límites al culto católico. De acuerdo con Jean Meyer, las bases rurales incluían a jornaleros que aún no recibían tierras, así, las causas sociales del movimiento era la necesidad incumplida de una reforma agraria (Meyer, 2004).

Entre 1900 y 1940 la población rural rebasaba a la población urbana de 3 a 1, es decir, más del 70% consistía en población rural, y apenas el 28.3% urbana. Uno de los efectos de la reforma agraria consistió en que aumentó la producción agrícola de granos básicos y la población lo cual derivó en una importante palanca para el desarrollo del mercado interno (Véase gráfica 1).



Gráfica 1 Porcentaje población rural y urbana 1900 a 1940.

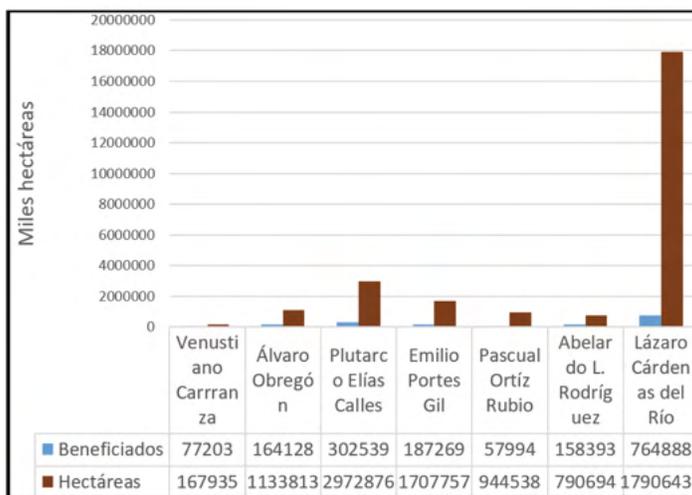
Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

A partir de 1917 a 1940, la reforma agraria y el desarrollo rural fueron analizadas a partir del positivismo (Andrés Molina Enríquez), la antropología etnocentrista (Manuel Gamio y Moisés Sáenz) la perspectiva del paradigma estructural funcionalista que defendió el modelo folk-urbano y que se convirtiera en paradigma dominante (Robert Redfield) (Hewitt, 1988). Ante una aplastante mayoría de la población rural en 1910, en adelante, los antropólogos, como en el caso de Manuel Gamio, intentaron modernizar a los indígenas a través de una política indigenista integracionista. Gamio consideraba que los indígenas vivían en una situación intermedia entre la barbarie y la civilización. Así que resultaba menester civilizarlos mediante políticas sociales tales como la educación y la salud utilizando trabajadores sociales, maestros y médicos. Moisés Sáenz, en oposición a Gamio, sostuvo la necesidad de una política anti integracionista (Hewitt, 1988).

Por la importancia que llegó a tener el estructural funcionalismo destaca la figura

de Robert Redfield quien utilizó el paradigma folk-urbano en sus estudios en Tepoztlán, en 1926, “*Tepoztlán, a Mexican Village: A Study of folk life*” y más tarde, en comunidades mayas de Yucatán. En sus estudios describía comunidades armónicas, casi idílicas que eran pueblos que se encontraban atrapados entre primitivos y civilizados (Hewitt, 1988).

Durante el gobierno de Lázaro Cárdenas destacó el líder sindical Lombardo Toledano quien influyó en la aplicación de una reforma agraria. Durante su gobierno se entregaron más de 18 millones de hectáreas. Lombardo Toledano defendió la idea de la autonomía económica y política a las comunidades indígenas.



Gráfica 5 Reforma agraria 1915-1940 (miles de hectáreas).

Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

Cárdenas entregó más de 18 millones de hectáreas a comunidades y ejidos. No se trataba de propiedad privada, sin embargo en el apoyo al sector social Cárdenas pensó en formar pequeñas unidades productivas con capacidad para lograr la autosuficiencia alimentaria. Además creó el Banco Nacional de Crédito Ejidal para capitalizar a los núcleos ejidales. La política de reforma agraria fue apoyada con programas de desarrollo rural mediante el crédito, riego, fertilizantes, herbicidas, maquinaria agrícola, y políticas comerciales, como los precios de garantía, para hacer frente al intermediarismo y a los vaivenes de la fluctuación internacionales de precios sobre todo después de la crisis de 1930.

En la vía de los hechos existió una reforma agraria con dos vertientes: La primera, consistía en el paso de la hacienda porfirista hacia grandes propiedades agrícolas capitalistas dedicadas a la exportación de productos agrícolas comerciales tales como la caña, el café, el tabaco, el algodón o el henequén cuyos dueños son individuos. Por

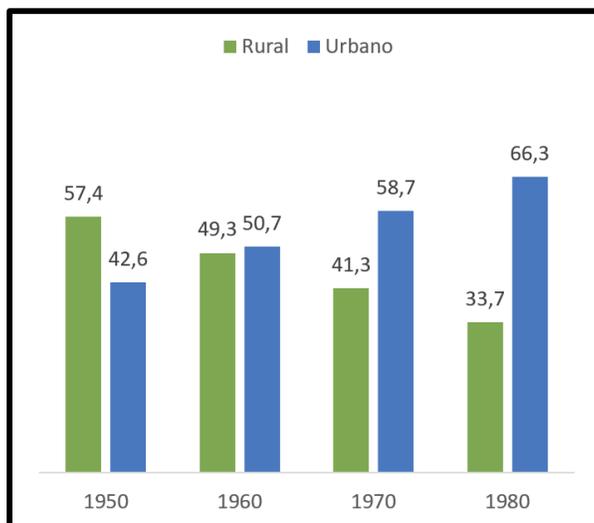
la otra, se apoyó a una pequeña propiedad privada o social (ejidal o comunal), donde, en el segundo de los casos, se traba de propietarios colectivos que producían para el autoconsumo y, suplementariamente, acudían al mercado a vender sus excedentes.

3 | DE 1940 A 1980. AÑOS DE CONTRARREFORMA AGRARIA, GUERRILLAS Y MOVIMIENTO CAMPESINO POR LA TIERRA

Después de los años cuarenta, el país deja el modelo de acumulación agro minero exportador para montarse en la veloz locomotora de la modernización que se despliega sobre la senda de la industria y la ciudad, pero que alcanza los paisajes costumbristas. La modernización rural y la acción social fueron analizadas sociológicamente desde el estructural funcionalismo, la perspectiva del prestigioso paradigma estructural funcionalista y el modelo folk-urbano (Redfield). Pero también dejaron su huella el funcionalismo (Malinowsky), el marxismo (Toledano). En los años cincuenta la acción social en el campo va a encontrar en los movimientos sociales y movimientos campesinos los conceptos que estarían en el centro de análisis. Hablando del campo resurgirán movimientos guerrilleros, muy a tono con el avance de la revolución cubana, pero sobre todo la laucha agraria adopta el perfil institucional de los movimientos campesinos como parte de los procesos que preceden la reforma agraria impuesta desde los países del Norte (Hewitt, 1988).

A pesar de la, aún fuerte presencia campesina e indígena, ya el eje del proceso de acumulación de capital se encontrará comandado por la industria automotriz, la construcción y el comercio. El papel del campo quedó subordinado y condicionado a la producción de materias primas baratas y de alimentos para fortalecer a las industrias y a las ciudades. Es decir, el capital productivo comandaba la rama de la agricultura sobre todo a partir de cultivos comerciales como la caña de azúcar, el café, el algodón, el tabaco, entre otros. A la economía campesina se le asignó la producción de alimentos y materias baratas para apuntalar el proceso de industrialización y urbanización.

A mediados de los años cincuenta se empató la población rural y urbana, para continuar teniendo un predominio urbano después de 1960. Ya para 1980, el 66.3% era urbano, mientras que el 33.7% rural (Véase gráfica 2).



Gráfica 2 Porcentaje población rural y urbana 1950 a 1980.

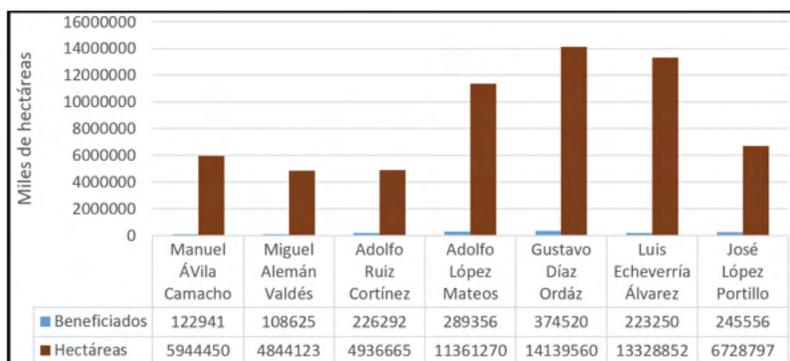
Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

El estructural funcionalismo, que había sido el principal esquema explicativo como paradigma teórico, inició una etapa de crisis, Oscar Lewis criticará el *continuum* folk-urbano de Redfield. En "*Tepoztlán, un pueblo de México*" (Lewis, 1951) encontró comunidades caracterizadas por la desconfianza (Hewitt, 1988; Sánchez, 2012). Los trabajos de largo aliento realizados, por ejemplo, en Chiapas o en Pátzcuaro enfatizaban la influencia del contacto de la sociedad mayor, la ciudad, con las comunidades campesinas para estudiar el cambio sociocultural al interior de las comunidades indígenas. En este sentido, el objeto de estudio se interesaba en la relación campo-ciudad, pero desde este aspecto. Por ejemplo, el *Proyecto Harvard* que investigaba el "cambio social dirigido" en zonas rurales de manera particular en el municipio tzotzil de Zinacantan y Chamula en Chiapas que recibió patrocinio del Instituto Carnegie y la National Science Foundation en el que participaron Robert Redfield y otros destacados antropólogos como Alfonso Caso o Gonzalo Aguirre Beltrán. Alfonso Villa Rojas realizó importantes estudios etnológicos en la comunidad de Chankom analizando los patrones culturales a consecuencia de la ciudad sobre la comunidad cuyos resultados se pueden encontrar en "*The Mayas of Yucatán*" (1968).

En el contexto del fin de la Segunda Guerra Mundial, a través de la ONU y FAO, se promovió una reforma agraria, no tanto para reforzar a las comunidades rurales, sino más bien, para desplazar los restos de las haciendas las cuales, a la vista de agendas como Banco Interamericano de Desarrollo, se consideraban un obstáculo para el proceso de modernización capitalista. La reforma agraria, inspirada por políticas Keynesianas, apuntalaba en realidad a la grades explotaciones capitalistas con todo tipo de insumos

sobre todo aquellas destinadas hacia la producción de productos de exportación. Así mismo, se entregó tierras a los campesinos como una vía para reforzar la pequeña propiedad capitalista ya que la entrega de tierras suponía formas cooperativas, pequeñas propiedades individuales o, como en el caso de México, bajo la vía ejidal que suponía la entrega colectiva de la tierra, pero con usufructo individual de la parcela.

Después de la reforma agraria de Lázaro Cárdenas, hubo un retroceso en la reforma agraria. Proceso que se revierte en el gobierno de Adolfo López Mateos, Gustavo Díaz Ordaz y Luis Echeverría aunque sin alcanzar la entrega de Cárdenas. Sin embargo, la tierra entregada era marginal caracterizada por la mala calidad de la misma (Véase gráfica 1).



Gráfica 1 Reforma agraria 1950 a 1982 (Miles de hectáreas).

Fuente: Serie Histórica Censal e Intercensal (1990 – 2010) del Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI).

Cada gobierno después de Ávila Camacho en adelante, iniciaría su gestión con una entrega simbólica de tierras, pero se argumentaba que ya no había más tierras que entregar. A la política de freno a la reforma agraria se le denomina “contrarreforma agraria”. Desde 1940 en adelante, surgirá una tendencia constante hacia la reconcentración de tierras o “neo latifundismo” para destinarla a cultivos comerciales o a la ganadería. Ello explica en buena medida que el eje principal de la lucha rural consistiera en la demanda agraria de tierra.

La llamada Revolución Verde, a fines de los años cincuenta, reforzó aún más a las grandes explotaciones capitalistas en el campo con crédito, fertilizantes, semillas mejoradas, riego, extensionismo agrícola, entre otros que ocasionaron un aumento en la producción y la productividad. En cambio, para pequeños propietarios privados, ejidatarios y comuneros, los recursos, tratándose de tierras marginales, tardaron en llegar y, cuando había, con mecanismos de corrupción política, por ejemplo, crédito a cambio de votos.

Políticamente hablando se perfeccionó la maquinaria política a través del corporativismo. El gobierno crea al partido, partido de estado, y el partido se acuerpa

en varias instancias: CTM, CNC y CNOP. Lo anterior forma parte de un proceso de hiperpolitización. En el caso de la CNC, como agrupación piramidal, se subdivide en su estructura organizativa en varias uniones nacionales (maíz, frijol, hortalizas, caña de azúcar, etcétera). La CNC era la instancia que oficialmente entregaba la tierra a los campesinos y mediaba entre los dueños de la tierra y las instituciones públicas. Es decir, la CNC concentraba la legitimidad.

Luego de la Segunda Guerra Mundial, en 1945, los procesos rurales fueron analizados desde el funcionalismo (Bronislaw Malinowsky), el marxismo (Lombardo Toledano), la ecología cultural (Erik Wolf) y la teoría del comportamiento colectivo (Smelser, Neil; J. Kenkins). La teoría del comportamiento colectivo, fue utilizada por historiadores, economista y sociólogos para explicar la lucha por la tierra, pero también para explicar las experiencias de guerrilla rural y urbana. En 1944, Rubén Jaramillo se levanta en armas a favor de mejorar los salarios de los ejidatarios cañeros luego de una amnistía en 1945 por Ávila Camacho. Se levanta nuevamente en armas en 1957 con el Plan de Cerro Prieto cuya principal demanda era la repartición de tierras, la expropiación de la industria básica, la expropiación de fábricas (Bellingeri, 2003). Mientras que la teoría del comportamiento colectivo señalaba que lo que explica los movimientos sociales en el campo o en la ciudad son los agravios, sin embargo, ello no explicaba por qué, a pesar, de la situación de pobreza de los campesinos, no había más acciones de protesta. Para comprender esta situación se señalaba que la paz social, antes de 1968 era resultado de que la Reforma Agraria actuaba como mecanismo de disuasión en la medida en que para los campesinos sin tierra existía la esperanza de obtener una parcela algún día.

A mediados de los años cincuenta, la crisis económica y el déficit de legitimidad de los gobiernos que se habían empeñado a impulsar la modernización económica, habían ocasionado un deterioro en los salarios y en la calidad de vida del campo y la ciudad. Ello ocasionó brotes de descontento ferrocarrilero, de maestros, de guerrilla rural y urbana, y del movimiento estudiantil, surgirán nuevas perspectivas teóricas. Algunas de las explicaciones, como la de Antonio Ortiz Mena el brote de dicho descontento justificaban la aplicación de la fuerza para lograr la paz (Ortiz, 1998).

Lombardo Toledano invitó a Jacinto López Moreno a participar en la CTM. Lombardo Toledano decide salirse de la Confederación de Trabajadores Mexicanos (CTM) y crea la Unión General de Obreros y Campesinos (UGOCM). Jacinto López Moreno, se convierte en líder de la UGOCM. Tenía un pensamiento agrario que privilegiaba lo colectivo: **“Jacinto convenció a la tribu para que en lugar de dividir las tierras en parcelas individuales, las mantuvieran unidas en una propiedad comunal. Y los yaquis accedieron, abanderaron el ejido colectivo y se negaron a dividir la tierra diciendo *“Dios nos dio el Valle del Yaqui a todos, no un pedacito a cada quien”*. Por su parte, Rubén Jaramillo, en Morelos, luchó por la tierra para los pueblos y las fábricas a los obreros. Ante el férreo control de la CNC, desde la década de los cincuenta se deslinda de dicha central la Unión General de**

Obreros y Campesinos Mexicanos (UGOCM), y en la década de los sesenta con la Central Campesina Independiente (CCI) (Moguel, 1989; Cartón de Grammont, 1989).

Una gran parte de los estudios de lo rural, y en particular, los procesos de reforma agraria fueron interpretados siguiendo la concepción de modernización eurocentrista u “occidental”¹ (Sousa, 2012). La hegemonía norteamericana coadyuvó, además, a privilegiar la modernización a través de la industrialización y la urbanización. Así, el paradigma folk-urbano sería la matriz teórica que impulsó los programas de modernización (Rogers, 1973). En este sentido, en los setentas Rogers Everett Mitchell y Lynne Sevenning publicaron un libro que justifica los procesos de modernización, en *“La modernización entre los campesinos”* (1973). Ahí se le imponen las características de las pautas de cambio social y modernización (Everett y Sevenning, 1973). Desde luego el modelo del campo era un agricultor tipo “farmer”, es decir un granjero capitalista.

En los años setenta se van a extender los programas de modernización rural y proyectos de desarrollo agropecuario a partir de la fuerte intervención estatal y con una perspectiva eurocéntrica. La promoción, extensión rural y evaluación de los programas públicos para atender al campo se realizaba desde una mirada urbana, pero sobre todo dirigidas a mejorar la situación de productores agropecuarios individuales que eran vistos como pequeños empresario. Desde luego, se intentaba dar el paso de lo tradicional a lo moderno siguiendo las pautas desde las ciudades hacia las políticas de desarrollo agropecuario mediante las cuales se imponían los criterios de aumento de la producción y productividad a partir de paquetes tecnológicos como los derivados de la Revolución Verde; lo mismo sucedía para evaluar la educación en donde lo importante era abatir el analfabetismo e imponer el castellano en todas las escuelas; para evaluar la política social se imponían criterios de ingresos per cápita, o la ingesta de calorías y proteínas similares a las utilizadas en la ciudad (Hewitt, 1988). La teoría sociológica que respondió a dicha práctica modernizadora fue la teoría de la modernización (Rogers et al, 1973). Su influencia puede encontrarse en la política indigenista y en la creación de las Misiones Culturales. En esta última se suponía que los hijos de los indígenas salieran de sus comunidades para asimilar mejor el castellano con el consecuente desarraigo cultural que implicaba vivir alejados de sus comunidades (Hewitt, 1970).

Las contradicciones que generaba el desarrollo económico derivaron en una fuerte desigualdad en el campo como en la ciudad. Esa situación agudizó las condiciones para que la protesta social transitara del marco institucional a la guerrilla rural y urbana. Como expresión de la guerrilla rural, en Guerrero, en los años cincuenta, Genaro Vázquez Rojas participa activamente como líder magisterial. Fundó la Asociación Cívica Guerrerense y la Central Campesina Independiente. Su organización sufrió una fuerte represión por parte del gobernador Raúl Caballero Aburto. En 1966 es hecho prisionero y un grupo armado lo liberó

1 Desde luego que la perspectiva antropológica colonial escondía los verdaderos intereses económicos, políticos y socio culturales fomentados por los Estados Unidos como país hegemónico.

en 1968. Entró en la clandestinidad y funda la Asociación Cívica Nacional Revolucionaria. Entre sus acciones guerrilleras destacan combates con el ejército, secuestros y rescates. Fallece en un accidente de auto en 1972 (Bellingeri, 2003). Más tarde otro líder, Lucio Cabañas, quien crea el Partido de los Pobres, continuó las acciones guerrilleras. En 1974 su organización secuestró al senador Rubén Figueroa. El 2 de diciembre de 1974 el ejército enfrentó a las fuerzas de Lucio Cabañas y ahí fallece (Montemayor, 1990). Como ejemplo de la guerrilla urbana, el 23 de septiembre de 1965 un grupo de campesinos, estudiantes, maestros y líderes agrarios acuerpados en el Grupo Popular Guerrillero intentaron tomar por asalto al cuartel del Ejército mexicano en Madera, Chihuahua. El resultado concluyó con la masacre de 13 guerrilleros. En conmemoración a dicha acción, un grupo político militar de tipo marxista optó por la acción violenta. En marzo de 1975 se conformó la organización guerrillera Liga Comunista 23 de Septiembre cuyo objetivo fue la toma del poder político por parte del proletariado. Iniciar una revolución socialista e instaurar el comunismo a escala internacional. Entre sus acciones se encuentra la organización de huelgas y enfrentamientos con la policía. Destaca el secuestro del empresario regiomontano Eugenio Garza Sada en 1973. En el enfrentamiento con la Liga, murió el empresario. También secuestraron al cónsul de Gran Bretaña, Anthony Duncan y al empresario Fernando Aranguren (Gamiño, 2014).

Ante la pérdida de convocatoria por aparte de la Confederación Nacional Campesina, dicha organización sufre el desprendimiento de varias organizaciones. De la misma CNC, se crean organizaciones rurales aunque adscritas al PRI. Así, surgió en 1975 Antorcha Campesina como grupo de choque perteneciente al PRI; ALCANO, 1985 y el Movimiento de los 400 Pueblos. Con patrocinio del PRI surge la UGOCM, en 1949, la CCI, en 1963 y el CAM, en 1979 (Grammont, 2005).

Después de 1968, en el contexto del movimiento ferrocarrilero, de maestros, de guerrilla rural y urbana, y del movimiento estudiantil, surgirán nuevas perspectivas teóricas por lo que se van a ampliar los enfoques para analizar la acción social: el marxismo (en todas sus variantes), la teoría accionalista (Touraine, Melucci, Offe), la teoría de movilización de recursos (McCarthy, John D.; Zald, Mayer N), la teoría decolonial (Aníbal Quijano), el análisis de los marcos (Robert Benford y David A. Snow).

El análisis de los movimientos sociales, será abordado desde la perspectiva de la teoría del Comportamiento Colectivo, la teoría Accionalista, la teoría de la Movilización de Recursos y el Marxismo Ortodoxo. Uno de los retos para el análisis de la acción social consiste en hasta qué punto es posible utilizar los conceptos de movimientos sociales en América Latina y en México. Desde el marxismo se vivió un debate respecto a la polarización entre campesinistas (Arturo Warman, Armando Bartra), que defendían la pequeña producción y los proletaristas (Roger Bartra) que auguraban la desaparición de los campesinos. Ello incidió con la interpretación entre la validez o no de la lucha por la tierra.

En los años setentas, se difundieron otros enfoques teóricos como el derivado del

marxismo y la ecología cultural, en las instituciones de educación superior (Paré, 1997). El marxismo adquirió mucha influencia en las ciencias sociales a partir de los estudios de la cuestión agraria la lucha de clases en el campo. Desde esta brecha se utilizaron varios conceptos básicos que definían la vertiente marxista: la lucha de clases, las relaciones de producción, la importancia de la estructura sobre la estructura, la tendencia hacia la crisis, la revolución social, la renta del suelo, entre muchos conceptos que provenían de los diferentes textos marxistas. No obstante, a su interior, en la academia, existía un “diálogo de sordos” puesto que existían corrientes encontradas: leninismo, maoísmo o trotskismo con diferentes interpretaciones, por ejemplo, de la viabilidad de la lucha por la tierra (Paré, 1997). Predominaban varias interpretaciones del marxismo: a grandes rasgos, la vertiente trotskista defendía la tesis de que la alianza obrero campesina se realizaría después de la toma por el poder a cargo del proletariado; La interpretación marxista, leninista y Gramsciana señalaba que la alianza obrero campesina debería buscarse antes, durante y después de la toma del poder; la vertiente Maoísta defendía la tesis de que, de acuerdo a las condiciones de China, la lucha por el poder tendría que originarse en el campo para llegar a la ciudad y establecer una alianza con los obreros. Empero, como afirmó Luis Paré, el marxismo se impuso a otros paradigmas que dificultaron el rescate de otras escuelas o enfoques dentro de la antropología, la economía, la sociología, el derecho o la agronomía.

En los años ochenta, con la crisis financiera del Estado benefactor, entró en una aguda crisis que modificó las formas tradicionales de intervención estatal en la economía lo cual provocó el proceso de reducción del Estado disminuyendo la su presencia en la promoción del desarrollo agropecuario. Para ello, inició una etapa de liquidación, desaparición o fusión de empresas estatales y paraestatales. De esta forma los gobiernos neoliberales impusieron un nuevo paradigma económico sustentado en el libre mercado. En ese proceso de cambios, la sociología rural experimentó cambios en los paradigmas, teorías y metodologías en las ciencias sociales² (Hewitt, 1988).

El análisis de los movimientos sociales muestra un área dominada por la decisiva presencia eurocentrista (Bartra, 2015). Los principales enfoques teóricos como en el caso de la teoría del Comportamiento Colectivo, la teoría accionalista, la teoría de la movilización de recursos y el marxismo ortodoxo de los años setenta consideran que la acción social parte del individuo quien adopta decisiones a partir de su evaluación costo-beneficio. Además, con diferentes argumentos argumentan que en, por ejemplo, las movilizaciones de indígenas en América Latina no corresponden a movimientos sociales. Sin embargo, estas condiciones no suceden en América Latina. Desde la óptica del marxismo ortodoxo,

2 Como corolario, a fines de los ochenta y hasta a principios de siglo llegaron, simbólicamente, con el derrumbe del muro de Berlín; la crisis de paradigmas, el devenir de la escuela de Frankfurt, el posestructuralismo y las teorías de la posmodernidad. Con estos supuestos se reavivaron las teorías de los movimientos sociales, los estudios sobre la cultura, el feminismo y la identidad étnica, y las nuevas tecnologías. También, arribaron los estudios de los nuevos movimientos sociales, en especial los globales. Cabe resaltar la importancia de los estudios relativos a la relación entre ciencias sociales y ciencias naturales, que tenían como objetivo final los temas de la ecología. Sin embargo, la mayoría de dichos principios tenían un punto en común: su carácter eurocentrista.

se repetía la ida esbozada por Marx en 1948-50, que los campesinos eran como “papas, en un costal de papas” y que ellos no podían representarse, sino que tenían que ser representados por el proletariado. Touraine, uno de los más importantes representantes de la teoría accionalista, estableció que el movimiento social debe orientarse a lograr el cambio en la estructura económica como requisito de la idea de totalidad. Sin embargo, la gran mayoría de demandas rurales no dirigen sus baterías a dicha meta ya que sus pretensiones son más modestas. Con esto argumentaba que la lucha por la tierra era, no solo progresista, sino hasta contra revolucionaria. Tal era el debate académico entre quienes participaban en el debate de la llamada alianza obrero-campesina (Paré, 1991).

En varios textos los autores de la teoría Accionalista de los movimientos sociales entre ellos, Alain Touraine, Antonio Melucci o Claus Offe, establecen una línea de distancia para diferenciar entre movimiento social y luchas campesinas que pugnan por demandas tradicionales opuestas a la modernidad (Touraine, 1993; Touraine, 1998). La teoría de la movilización de recursos, a pesar del prestigio que tenía en los Estados Unidos, tuvo una recepción marginal en nuestro país. Sin embargo, a partir del movimiento estudiantil de 1968 se van a retomar del su marco teórico algunos autores y conceptos.

Mientras tanto, en América Latina surgió una primera oleada de autores que discutieron en torno al problema centro – periferia, entre ellos Rodolfo Stavenhagen, Frantz Fanon, Aníbal Quijano, José Carlos Mariátegui, Pablo González Casanova (Hewitt, 1988). Aníbal Quijano utilizó el término movimientos campesinos para referirse a las acciones de los campesinos por la tierra. En el ambiente intelectual de América Latina surgió, un vacío que reclamaba de reflexión ante los efectos destructivos al medio ambiente, el calentamiento global, la deforestación y contaminación acelerada desatada por empresas transnacionales en la minería, en actividades petroleras, la expansión de empresas inmobiliarias. Algunas críticas a la globalización provienen de la vertiente de las modernidades alternativas en la que encontramos a Pred y Watts, 1992; Gupta, 1998; Sivaramkrishnan y Agrawal, 2003; Arce y Long, 2000 (Escobar, 2003).

En los congresos y revistas nacionales e internacionales, es posible verificar la incorporación de nuevos temas, de los que destaca el “giro decolonial” (Mignolo, 2005). El giro decolonial consiste en la apertura y la libertad de pensamiento y de formas alternativas de vida en contra de la colonialidad del ser y del saber. Dicha perspectiva cuenta autores como Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frans Fannon, Fausto Reinaga, Vine Deloria J. que oponen al pensamiento de la modernidad, el pensamiento decolonial (Mignolo, 2005). Frans Fannon sugiere una acción crítica desde las ciencias sociales (Fannon, 1959; Fannon, 1961; Fannon, 1980). En la actualidad, desde la acción reflexiva y de la sociología de la praxis el giro decolonial aparece en movimientos sociales con el re surgimiento de la lucha indígena protagonizada por la CONAIE, en Ecuador y el EZLN, en México. El tema del feminismo, del patriarcalismo y ecofeminismo ha comenzado a cobrar un lugar que antes no tenía en los congresos nacionales e internacionales.

4 | DE 1980 A LA ACTUALIDAD. DE LOS MOVIMIENTOS CAMPESINOS A LOS MOVIMIENTOS ALTERMUNDISTAS = 12

Los años ochenta derivaron en un partearguas con respecto a la manera en que se contemplaba la economía, la política, la cultura y, los movimientos sociales. En lo económico, con la crisis financiera el Estado benefactor entró en una aguda crisis que modificó las formas tradicionales de intervención estatal en la economía lo cual provocó el proceso de reducción del Estado disminuyendo la su presencia en la promoción del desarrollo agropecuario. Para ello, los gobiernos iniciaron una etapa de liquidación, desaparición o fusión de empresas estatales y paraestatales. De esta forma los gobiernos neoliberales impusieron un nuevo paradigma económico sustentado en el libre mercado. En ese proceso de cambios, la sociología rural experimentó cambios en los paradigmas, teorías y metodologías en las ciencias sociales³ (Hewitt, 1988).

Con el fin de la posguerra marcada por el derrumbamiento del muro de Berlín el marxismo y el estructural funcionalismo fueron dejando de tener la presencia que antes tenían como teorías estructuralistas, es decir, que partían del supuesto de que la estructura socioeconómica influiría o determinaría la acción social, y, en su lugar, surgirán otros enfoques, autores y perspectivas. En su lugar, otros enfoques, autores y perspectiva tomarán la estafeta. En el ámbito intelectual de la izquierda se retoma a autores provenientes de la Escuela de Frankfurt, destaca la influencia de Jurgen Habermas y los debates entre modernistas y posmodernistas. La influencia de Poulantzas y la discusión sobre el biopoder. A partir de 1988, Un rasgo en el que coinciden los analistas es en el de privilegiar la explicación, más que el enfoque teórico, debido a que la gran mayoría de los procesos sociales son complejos. Así, existen perspectivas como la sociología del riesgo (Beck) para comprender procesos ambientales, por ejemplo, desde la ecología política (Dobsons, Toledo), y de otras perspectivas como la teoría centrada en el actor (Long). Ciertamente la mayoría de temas rurales quedaba al margen de los temas que planteaba el debate en el marco de las sociedades posindustriales o informatizadas.

Sin embargo, el retiro del Estado daba paso a nuevas modalidades de luchas rurales caracterizadas por la autonomía con respecto al PRI y al gobierno las cuales fueron definidas como organizaciones autónomas. La CIOAC, en 1975; la CNPA, en 1979; la UNORCA, en 1985; la UGOCP, en 1986; la CODUC, en 1986; la UNTA, en 1978; y la CCC en 1988. Lo mismo sucedió con las organizaciones indígenas que luego de un acto oficial para conmemorar la muerte de Emiliano Zapata organizado por el Consejo NPI, de filiación priísta, se escinde y se crea el Coordinadora Nacional de Pueblos Indígenas (CNPI), y en

3 Como corolario, a fines de los ochenta y hasta a principios de siglo llegaron, simbólicamente, con el derrumbe del muro de Berlín; la crisis de paradigmas, el devenir de la escuela de Frankfurt, el posestructuralismo y las teorías de la posmodernidad. Con estos supuestos se reavivaron las teorías de los movimientos sociales, los estudios sobre la cultura, el feminismo y la identidad étnica, y las nuevas tecnologías. También, arribaron los estudios de los nuevos movimientos sociales, en especial los globales. Cabe resaltar la importancia de los estudios relativos a la relación entre ciencias sociales y ciencias naturales, que tenían como objetivo final los temas de la ecología. Sin embargo, la mayoría de dichos principios tenían un punto en común: su carácter eurocentrista.

1988 se crea el Frente Internacional de Pueblos Indígenas (FIPI).

La mayoría de estas organizaciones se encuentra integrado por productores agropecuarios de diferente tipo, así que son en su mayoría pluriclasistas. Aunque, algunas de ellas se declaran autónomas frente al Estado y los partidos políticos, lo cierto es que existe una gran presencia de los partidos políticos en las diferentes organizaciones. Lo que, sin duda, distingue a muchas de estas organizaciones es que las demandas fueron transitando de la demanda por la tierra como principal eje de lucha, hacia la demanda general de la autosuficiencia alimentaria seguida por la justicia, y la defensa del territorio. Ciertamente la mayoría de estas organizaciones coincidían en una lucha por los precios de garantía, el crédito rural, y otras demandas. Sin embargo, con el retiro estatal, cambiaron las estrategias hacia la lucha por el aumento del presupuesto.

En el gobierno de Carlos Salinas de Gortari continuaron las Reformas del Estado Mexicano en las que el gobierno neoliberal fomentó medidas jurídicas de libre mercado y adoptando una política económica monetarista con restricción del gasto público, que se traduce en la restricción del crédito para destinarlo hacia áreas que se consideraban más productivas; el control de la inflación que supone mantener bajos los precios agrícolas y los salarios; pero además, propiciar la inversión de capital extranjero, para ello se modificó el marco jurídico para facilitar la inversión de capital nacional y extranjero a través de contratos o concesiones. Una de las reformas con mayor trascendencia en el campo fue a modificación del artículo 27 y de la Ley reglamentaria las cuales se orientaron hacia la privatización del ejido y permite a la propiedad comunal transitar hacia el ejido para, de ahí, dar el salto a la propiedad privada. Para acelerar los cambios, México firmó el Tratado de Libre Comercio con América del Norte en 1992 entre Estados Unidos, Canadá y México el cual entraría en funciones en 1994.

El 1º de enero de 1994, día en que entraría en operaciones el TLCAN, apareció el levantamiento armado del EZLN en Chiapas. Dicho movimiento demostró que no era un movimiento guerrillero tradicional, sino otro tipo de movimiento que logró tejer alianzas con el movimiento indígena nacional y llegar a mantener demandas conjuntas como la demanda de la autonomía y la defensa del territorio. Vale la pena destacar la autorreflexión respecto a los autores de la teoría accionalista en relación al movimiento zapatista. Desde entonces, el análisis de los movimientos sociales se realiza desde una perspectiva abierta, es decir, ya no hay un paradigma central sino que desde entonces la explicación de los complejos fenómenos sociales adquiere mayor relevancia que privilegiar un paradigma determinado. A partir de la modernidad tardía se reclama una nueva mirada de la acción social al tiempo en que entran en escena nuevos conceptos: actores y sujetos sociales sustituyen a las clases sociales; nuevos movimientos sociales o movimientos alterglobales sustituyen al movimiento campesino.

El movimiento indígena se ha visibilizado en virtud de varios acontecimientos en el entorno de la firma del Acuerdo 169 de la OIT; del premio a Rigoberta Menchú, la

conmemoración del Quinto Centenario Encuentro de Dos Mundos, en 1992; el surgimiento del EZLN, el 1° de enero de 1994; la firma de los Acuerdos de San Andrés, en 1996; la conformación del Consejo Nacional Indígena, en 1996, entre otros eventos que proyectaron la cuestión indígena a nivel internacional.

El movimiento indígena ha aparecido como importante actor de la lucha por el territorio, por los derechos humanos sobre todo ante la matanza de Aguas Blancas, en Guerrero, el 28 de junio de 1995; la matanza a campesinos indígenas tzotziles en Acteal, municipio de Chenalhó, Chiapas, en 1997, entre otros.

En 1994, se crea el Barzón en el contexto de la crisis económica que, entre otras cosas, aumentó exageradamente la tasa de interés bancario ocasionando juicios judiciales promovidos por los bancos contra los deudores. Pronto se unieron a este movimiento de deudores no únicamente productores agropecuarios endeudados sino también tarjetahabientes, deudores de vivienda, comerciantes, dueños de transporte público y privado. Destaca, sin embargo, la irrupción de la segunda corriente de autores latinoamericanos adscritos a la teoría decolonial y el rechazo a las teorías y enfoques eurocentristas para el análisis de la realidad latinoamericana. Así, se puso en evidencia que gran parte de los enfoques precedentes para el análisis de la realidad latinoamericana se ha realizado a partir de una mirada eurocentrista desde donde se imponen criterios de objetividad y científicidad a partir de autores que no conocen la realidad latinoamericana y que, en gran medida, hacen apología de los procesos de modernización. El enfoque decolonial ha contribuido al debate teórico visibilizando el tema de los pueblos originarios, las mujeres, los afrodescendientes, los jóvenes, entre otros temas.

En el análisis del pasado reciente de los movimientos campesinos e indígenas encontramos muestras de una reflexión global latinoamericana que evidencia la aparición de nuevos actores en escena como: ecologistas, feministas o indígenas, ubicados en la teoría accionalista como nuevos movimientos sociales (en la medida en que sus actores son multclasistas, es difícil ubicar a un solo líder ya que forman parte de un movimiento red, pero sobre todo a que sus demandas las constituyen, en esencia, valores tales como la soberanía alimentaria, la justicia (de género, étnica, raza, edad) entre otras; y que, además de las causas socio estructurales y políticas encontramos una veta de análisis en los ciclos de protesta, como el referido a los aspectos cognitivos, referidos al marco cultural dominante y que se expresa en la elaboración de un discurso propio el cual influye también en los movimientos sociales conformando identidades campesinas e indígenas. Una muestra de lo anterior son los trabajos sobre los actores sociales del campo latinoamericano podemos destacar el número de la revista ALAI con aportaciones de William I. Robinson; Pablo González Casanova, Immanuel Wallerstein, (Robinson, 2011; González, 2011; Wallerstein, 2011) o bien el trabajo compilado por Hubert C. de Grammont “La construcción de la democracia en el campo latinoamericano” (2006) en el que se encuentran trabajos que analizan los movimientos campesinos e indígenas desde la perspectiva de la construcción

de la democracia en los casos de México (Mackinley, 2006; Lutz, 2006).

En la literatura sobre las casusas estructurales del movimiento campesino e indígena se encuentra la explicación en el sentido de que la globalización es capaz de explicar la ola de descontento social en el continente americano como reacción a las políticas neoliberales (Rubio, 1999)⁴. La crisis de la deuda económica en los años ochenta dio lugar a la aplicación de medidas rígidas de ajuste estructural y sectorial, promoviendo políticas de ajuste estructural impuestos por el Fondo Monetario Internacional o el Banco Mundial para solucionar los problemas de deuda externa lo cual, para el ámbito rural, ha tenido tres repercusiones principales: el desmantelamiento de los sectores públicos agrícolas que habían apoyado la producción (campesina) alimentaria, la liberalización de los mercados agrícolas y la apertura comercial encaminada hacia los monocultivos. Esas medidas se consolidaron con el Consenso de Washington. La falta de mecanismos compensadores agudizó el problema de la pobreza, el desempleo, la reducción del gasto social, la disminución del consumo y la baja producción (Rubio, 1988).

En el siglo XXI destaca el movimiento campesino internacional La Vía Campesina cuya demanda principal es la soberanía alimentaria, entre otras demandas. Dicha organización reivindica el apoyo, vía subsidios, a los pequeños productores y a la producción en pequeña escala. Este movimiento puede incluirse también en el análisis de los movimientos altermundistas (Sánchez,).

Con el cambio de estafeta en el gobierno de la alternancia que llevó al panista Vicente Fox Quesada como presidente surgió un movimiento rural en el que el centro de la lucha ya no era la tierra, sino otras reivindicaciones. A principios de noviembre de 2002 apareció el Movimiento el Campo no Aguanta Más (MCNAM), en acciones que abarcaron una coalición de organizaciones rurales de todo el país, con un conjunto de demandas de las cuáles la más importante la salida de México del TLCAN en materia de granos básicos. Es decir, en el centro de la lucha se encontraba la demanda de la soberanía alimentaria. Lo anterior supone la reivindicación de valores más que de bienes y servicios públicos por parte del Estado. Sin embargo la el proceso de negociación con el Estado resultó muy infructuoso a tal punto que tuvieron que firmar el Acuerdo Nacional para el Campo, haciendo a un lado la demanda principal de la exclusión del maíz del TLCAN para negociar aumento en el presupuesto y otros apoyos como subsidios y programas sociales. Se puede destacar que dicho movimiento puso en cuestión antiguos esquemas de interpretación de los movimientos sociales pues por sus características se aproximó más a un nuevo movimiento social. Además, el movimiento logró que el Estado y otras organizaciones rurales empresariales negociaran las políticas agropecuarias. El gobierno incidió mucho en la tardanza en el acceso a los apoyos firmados. Parte del problema es que

4 La explicación de que la globalización ocasiona los movimientos sociales tiene que ver con la hipótesis fuerte de que lo económico explica lo social, sin embargo consideramos que dicha relación, aunque es plausible, no es suficiente, puesto que no existe una respuesta generalizada por parte de todas las organizaciones en todos los países.

obligó a cada organización y a cada grupo de productores realizar sus propias gestiones en la telaraña de instituciones oficiales. En 2004, el MCNAM desaparece para resurgir en el gobierno de Felipe Calderón como el movimiento “Sin Maíz, no hay País”, con las mismas consignas en torno a la soberanía alimentaria y la prohibición del maíz transgénico. En el gobierno de Enrique Peña Nieto el movimiento campesino se transforma en “Movimiento el campo es de Todos”.

La llegada de gobierno neoliberales permitió que se modificara el marco agrario y productivo para permitir la llegada de capital extranjero sobre el mecanismo de las concesiones mineras, petroleras, eólicas, inmobiliarias, presas hidrológicas y otras modalidades de inversión que suponen el despojo del territorio a los campesinos. A partir de los años noventa del siglo pasado es posible observar el surgimiento de luchas por la recuperación del territorio así como de los procesos por criminalización de la protesta, no únicamente en México, sino también en América Latina (Sánchez, 2017). La reflexión de este tipo de protestas rurales abarca la noción de la lucha por el territorio pero se inscribe en el análisis de los movimientos altermundistas y de nuevos movimientos sociales. A partir de esta nueva perspectiva de análisis se recupera el problema del derecho colectivo de la tierra y el territorio, por la tanto de la comunalidad. Lo anterior frente a los procesos económicos de concesiones a las mineras, especialmente canadienses. Los gobiernos neoliberales, desde finales de los años ochenta, crearon condiciones para la inversión extranjera, desde luego a cargo de empresas transnacionales en varias actividades: petróleo, minería, eólica, presas hidroeléctricas, inmobiliarias, entre otras, ocasionando la acumulación por desposesión en la medida en que tienden a ocasionar el deterioro permanente de los recursos naturales y el desplazamiento interno de sus habitantes. De esta suerte ha surgido un nuevo tipo de luchas de las poblaciones, especialmente indígenas, por la defensa del territorio. Del territorio simbólico de la población originaria. De ello dan cuenta innumerables trabajos (Sánchez, 2017).

En los años noventa y lo que va del presente siglo ha cobrado importancia el debate entre comunitarista y asociacionista. El Comunitarismo surge como un pensamiento o filosofía que se opone al individualismo y defiende el protagonismo de la sociedad civil. El Comunitarismo filosófico critica al liberalismo clásico por ser excluyente. El Comunitarismo ideológico defiende el derecho de la mayoría a tomar decisiones que afectan a minorías. Destacan los Foros, Congresos y debates en torno al tema de movimientos comunitaristas. En la academia existen además licenciaturas, posgrados y cursos sobre los principios comunitaristas que se adhieren a otros temas de reflexión como la resignificación y la relocalización. Quizás los teóricos más destacados son Amitai Etzioni “El Guardian de mi hermano” y Daniel Bell “Comunitarismo y sus críticos”.

Por ejemplo, algunos de los autores de la teoría accionalista, en textos más recientes y frente a la realidad del levantamiento indígena del EZLN han tenido que rectificar o matizar su perspectiva y reconocer el carácter moderno de las luchas de indígenas y campesinos

de América Latina (Sánchez, 2012). Marcos Roitman señala que estos intelectuales se ubican fuera del continente y sus conocimientos de Latinoamérica sirven para avanzar individualmente en los escalafones administrativos de la carrera individual (Roitman, 2005). Por ejemplo, en Alain Touraine persiste una mirada eurocentrista al percibir a América Latina como una realidad inconclusa sin burguesía, sin democracia, pero con tradicionalismo y con dictaduras. “No existe una verdadera clase dirigente en América Latina, ni siquiera en Monterrey o en Sao Paulo” (Touraine, 1993: 36). Sin embargo, habría que decir en su defensa que a la luz de los hechos del levantamiento armado indígena en Chiapas, o de la Conaie en Ecuador existe una rectificación en sus posturas iniciales, de modo que tanto Alain Touraine, Clauss Offe y Alberto Melucci incluyen dichos movimientos como modernizadores que buscan un mundo mejor (Sánchez, 2012).

Una de las características de los movimientos sociales en América Latina lo constituyen los intentos de alejamiento respecto a los partidos políticos y, tocante a la relación con el sistema legislativo se observan dos tendencias: la pro parlamentarista y la anti parlamentarista. Por otra parte tejen intrincadas alianzas con otros grupos y fuerzas políticas y sociales. Por su naturaleza, las acciones de protesta utilizados por los movimientos sociales rurales son disruptivos del *status quo* y van en contra del modelo tradicional de intermediación de intereses de las democracias representativas (Grammont, 2006).

Por su parte, la teoría del Comportamiento Colectivo y la Teoría de la Movilización de Recursos impondrán como condición que los movimientos se encuentren orientados, principalmente, por individuos que adoptan decisiones racionales. Además añaden que los agravios son el detonante de las movilizaciones. Sin embargo, estas condiciones no suceden en América Latina. Mientras que los autores adscritos a la teoría Accionalista señalan que parten de países considerados como posindustrializados, o más que eso, informatizados, pero además, como en el caso de Touraine, uno de los más importantes representantes de dicha vertiente, el movimiento social debe orientarse a lograr el cambio en la estructura económica como requisito de la idea de totalidad. Sin embargo, la gran mayoría de demandas rurales no dirigen sus baterías a dicha meta ya que sus pretensiones son más modestas.

Para el estudio de los movimientos sociales, siguiendo a Charles Tilly, se sugiere varios tipos de acciones: la búsqueda de acuerdos; las acciones de presión, tales como marchas y manifestaciones; las acciones disruptivas, es decir, acciones de presión que representan cierta amenaza, pero sin lograr transgredir, de manera franca, el orden social; por último, las acciones de fuerza que pueden llegar a incluir violencia física y hasta los muertos.

Por otra parte, es importante considerar a los sujetos, o bien los actores sociales. Es decir, las organizaciones profesionales que se encargan de actuar como mecanismos de presión para el logro de ciertos fines utilizando los recursos a su alcance. En muchos

casos se relaciona con los movimientos red, en los que existe atrás de la organización una compleja red de organizaciones de todo tipo. Por ejemplo, obreros, campesinos, colonos, Organizaciones no Gubernamentales de derechos humanos, intelectuales, iglesia, estudiantes, universidades, etcétera.

En muchos casos, se coincide con los nuevos movimientos sociales. En éstos, las demandas principales no son demandas físicas o materiales como salarios, crédito, insumos agrícolas, etcétera, sino valores. Valores tales como el cuidado del medio ambiente, la defensa de los derechos humanos, entre otros. El movimiento El Campo no Aguanta Más y el movimiento Sin País no hay País, guarda mucha relación con los nuevos movimientos sociales pues las demandas principales giran en torno a la Soberanía Alimentaria.

5 | CONCLUSIONES

Destaca, por una parte, la fuerte relación entre movimientos sociales a través de conflictos, luchas y movimientos sociales y, por la otra, la política pública a partir de la reforma agraria, el desarrollo rural y la política social. En una trayectoria de gran aliento es posible detectar la confrontación entre dos perspectivas: el individualismo metodológico y los proyectos comunitaristas.

La fuerza con la que se impuso la noción de desarrollo y modernización rural, especialmente con el apoyo del Estado a través de la reforma agraria, el desarrollo rural y la política social. En el análisis de los movimientos sociales predominó la vertiente accionalista. Sin embargo, ya existía un interés en el problema decolonial para analizar la relación centro-periferia a partir de la mirada de la teoría de la dependencia.

Inicia una crítica desde la decolonialidad y la descolonialidad al tiempo en que pierde piso algún paradigma en particular y se adopta, en cambio, una perspectiva más abierta. Por ejemplo, en la actualidad se prefiere la explicación de los problemas que la adhesión a un paradigma particular. Por una parte, en el análisis de los movimientos sociales se acude a las teorías: de movilización de recursos, accionalista y de los marcos culturales. Al tiempo en que se acude a otros paradigmas de otras disciplinas, por ejemplo, para profundizar en temas como la ecología, la biotecnología, problemas de género, entre otros. Por la otra, al analizar las políticas públicas se realiza, cada vez, más desde enfoques interdisciplinarios que adoptan, por ejemplo esquemas para el análisis de la complejidad.

REFERENCIAS

Barkin, David (2001) "Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable", en CLACSO (2001) "¿Una nueva ruralidad en América Latina?", Editorial Clacso, Argentina, PP. 81-99.

Bartra, A "Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado" (Bolivia, CIDES-Universidad Mayor de San Andrés, 2010

- Bartra, (2015) "Anticipaciones: un vistazo al futuro de Nuestra América", en <https://unpensamientomundano.wordpress.com/ponencias-armando-bartra/>, consulta 12/08/1018).
- Beck, Ulrich (1998) "La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad", Paidós, Barcelona.
- Bellingeri, Marco (2003) "Del agrarismo armado a la guerra de los pobres 1940-1974", Casa Juan Pablo y Secretaría de Cultura, Ciudad de México.
- Cueva, A. (1979). El desarrollo de nuestras ciencias sociales en el último periodo. En A. Cueva, *Teoría social y procesos políticos en América Latina* (págs. 1-77). México D. F.: EDI COL.
- Chávez,-Lutz, (Coords.) (2017) "Sociedad civil rural en México", UAM-X, Ciudad de México.
- Convenio Núm. 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales, (1992) (Disponible en <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/>, consulta 15/08/2018)
- Desmarais, Annette (2007) "La Vía Campesina. La globalización y el poder del campesinado", Editorial Popular, España.
- Dussel, Enrique (1973) "Para una ética de liberación latinoamericana", editorial Siglo XXI, México.
- Dussel, Enrique (1996) "Filosofía de la liberación", Nueva América, Bogotá.
- Dussel, Enrique (2015) "Filosofías del Sur. Descolonización y transmodernidad", Editorial Akal, México.
- Escobar, Arturo (2003) "Mundos y conocimientos del otro modo", Tabula Rasa, No 1, Ecuador: 51-86.
- Escobar, Arturo (2005) El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, PP. 17-31.
- Escobar, Arturo (2014) "Sentipensar com la tierra. nuevas lectras sobre desarrollo, territorio y diferencia", Editorial UNAULA, Colombia.
- Fanon, Frantz (1959) "*Sociología de una revolución*", Era, México, 1968.
- Fanon, Frantz (1961) "*Los condenados de la tierra*", FCE, México.
- Fernandes, F. (1980). *A natureza sociológica da sociologia*. Sao Paulo: Ática.
- Flores, Ricardo (1911) en "Periódico Regeneración", 2 de septiembre de 1911.
- Gamio, Rodolfo (2014) "La Liga Comunista 23 de septiembre, Cuatro décadas a debate: Historia, memoria, testimonio y literatura.", en "De Raíz Diversa", vol. 3, núm, 5, enero-junio, pp. 203-2010. CELA-UNAM, UAMT, México.

Giménez, Gilberto Cultura, (2005) "Identidad y metropolitano global" en Revista Mexicana de Sociología, vol. 67, núm. 3, julio-septiembre, PP. 483-512 Universidad Nacional Autónoma de México Distrito Federal, México

González, P. (1976). *Sociología de la Explotacion*. México D. F.: Siglo XXI.

González, P. (1993). *La democracia en México*. Ciudad de México: ERA.

González, P. (1995). *Globalidad, neoliberalismo y democracia*. México D. F.: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades-UNAM.

González, P. (1997). La democracia de Todos. *Conferencia al XXI congreso de ALAS, Sao-Paulo, Brasil*. (págs. 25-87). Sao Paulo: ALAS.

Gutiérrez R. y Salazar, H. (2013) "El accidentado camino del Buen Vivir: horizonte indígena-originario-campesinos en Bolivia durante el gobierno de Evo Morales", en revista *ALASRU*, México. PP. 75-99.

Ilich, Ivan (1978) "La convivencialidad", Ocoatepec (Morelos, México), 1978.

Ianni, O. (1996). A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avanzados* 10, 25-33.

Latouche, Serge (2012) "Salir de la sociedad de consumo. Voces y vías del decrecimiento", Editorial Octaedro, España, PP. 1-206.

Leff, E. (2003) "La ecología política en América Latina: un campo en construcción", Sociedad Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan/dez.

Mariátegui, J. C. (1970). *Siete ensayos de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta.

Mejer, Jean (1973) "La Cristiada 1- la guerra de los cristeros", Editorial Siglo XXI, México.

Mignolo, Walter (2005) "Pensamiento decolonial, desprendimiento y apertura".

Montemayor, Carlos (1990) "Guerra en el paraíso", editorial Diana, Ciudad de México.

Ouviaña, H. (2010). "Traducción y nacionalización del marxismo en América Latina. Un acercamiento al pensamiento político de René Zavaleta". *OSAL, Año XI, No 28, noviembre*, 1-15.

Ortiz, Antonio (1998) "El desarrollo estabilizador: Reflexiones sobre una época", Ed. FCE, México.

Paré, Luisa, (1997) "Tendencias en la investigación sobre temas rurales en los últimos veinte años" Nueva Antropología, vol. XV, núm. 51, febrero, México. debates teóricos 36 textual

Paré, Luisa (1991) "El debate sobre el problema agrario en los setenta y ochenta", en revista Nueva Antropología, Vol. XI, Núm. 39, junio, México

Prebisch, R. (1981). *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México D. F.: FCE.

Quijano, Aníbal (2006), "El movimiento indígena y las cuestiones pendientes en América Latina", en revista *Argumentos*, Vol., 19, núm., 50, enero-abril, 2006, PP. 51-77.

Quijano, Aníbal (2011) "Bien Vivir" Entre el "desarrollo" y la Des/Colonialidad del Poder", en *Ecuador debate*, Quito, N° 84: 77-87, diciembre de 2011.

Robichaux, David (2002) "El sistema familiar mesoamericano y sus consecuencias demográficas" *Papeles de Población*, vol. 8, núm. 32, abril-junio, 2002 Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México

Roitman, M. (2005). *Pensamiento sociológico y realidad nacional en América Latina*. Ciudad de México: Libro electrónico.

Sánchez, Armando (2006) "La nueva agenda de investigación de la sociología rural" en *Revista de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural*, No 3, México.

Sánchez, A. (2012) "Movimiento campesino e indígena en América Latina", en Cisneros, A. (coord.), *Protesta social en América Latina*, México, UAM-A, Colección Saberes. PP. 47-132.

Sánchez, Armando (2014) "*La sociología rural en perspectiva*", en *Revista Textual*, México, D.F.

Sánchez, Armando (2012) "*Sociología rural, el nuevo campesino entre la globalización y la tierra prometida*", *Espacio Abierto*, vol. 20, núm. 4, octubre-diciembre, 2011, PP. 561-577 Universidad del Zulia Maracaibo, Venezuela.

Santiago Castro-Gómez Ramón Grosfoguel, (2007) "El giro decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global", *Siglo del Hombre Editores*; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Bogotá.

Sevilla-Guzmán y González de Molina (1991) "Ecosociología: elementos para el análisis de la coevolución social y ecológica de la agricultura", revista *Reis*, No 52: 7-45.

Sosa, Boaventura (2012) "Una epistemología del Sur", Editorial Clacso-Siglo XXI, México D. F.

Sosa, Boaventura (2005) "El milenio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política", Editorial TROTTA/ILSA, Bogotá.

Sousa, Boaventura (2006) "Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (Encuentros en Buenos Aires). Editorial, CLACSO, Argentina <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/Sousa/Sousa.html>

De Sousa, Boaventura (2010) "Descolonizando el saber, reinventando el poder", Editorial TRILCE, Uruguay.

Sousa, Boaventura (2014) "Producir para vivir", Siglo XXI, México.

Stavenhagen, Rodolfo (1964) "La sociología del campo en Brasil", Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales, abril-enero, Rio de Janeiro.

Toledo, Víctor (2013) "El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales", *Sociedad y Ambiente*, Año 1, vol.2, marzo-junio: 50-60.

Touraine, Alain (1989) "Los problemas de una sociología propia en América Latina", en ***Revista Mexicana de Sociología***, N°3, 1989, UNAM, México, PP. 3-22.

Touraine, Alain (1993) "La sociología de la acción en América Latina", en Pozas, Ricardo (Coord.) "Las ciencias sociales en los años noventa", en Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM.

Wolf, E. (1976). *Los campesinos*. México D. F.: Labor.

Zavaleta, R. (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. México D. F.: Siglo XXI.

Zvampa, M. y Antonelli (Comps.) (2009) "Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales", Biblos, Buenos Aires.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 1, 21, 22, 24, 26, 27, 28

C

Cannabis 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 63, 68

Criminalização 21, 22, 25, 28

Cuidado 24, 53, 78, 80, 84, 105, 121

D

Demarcação 90, 91, 92, 93, 97, 98

Doutrina 29, 114, 115

E

Educação 23, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 110, 111, 112, 113, 121

Educação indígena 97, 98

Enfermagem 78, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89

Escolas indígenas 90, 93, 94, 95, 96, 98

Estado 2, 3, 4, 6, 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 41, 45, 47, 48, 50, 53, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 90, 93, 95, 117

F

Fronteira 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

H

Higiene 78, 79, 84, 87, 89

I

Identidade 1, 21, 23, 28, 77, 101, 102, 107, 112

llegalismos 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69

Informalidade 58, 63, 64

J

Juventude 68, 101, 102, 103, 109, 110, 112

M

Medidas socioeducativas 78, 79, 80, 81

Mercados ilegais 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Metodologia de ensino 99, 112

Movimentos sociais 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29

P

Projeto de extensão 99, 100, 108, 110, 121

Q

Qualidade de vida 24, 78, 79, 82, 83, 84, 87, 88, 89

R

Reconhecimento 90, 91, 92, 93, 94, 97, 100, 110

Religião 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Rock 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112

S

Sociologia da religião 113, 114, 115, 119, 120

Solidariedade 28, 78, 80, 88, 115

T

Território 29, 58, 61, 62, 65, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 102

Trabalho 1, 21, 22, 25, 30, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 91, 100, 110, 116, 119, 121

Transporte 49, 58, 60, 66, 67, 69, 74

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

